



Mídia, memória e acontecimento: discursos sobre a psicanálise nos jornais O Globo e Jornal do Brasil (1980-1981)¹

Iara BASTOS CAMPOS²
Wedencley ALVES Santana³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo buscar uma compreensão de como se dá a autorização, pela mídia, da figura do psicanalista, no início da década de 1980, quando houve a “crise” das instituições psicanalíticas do Rio de Janeiro. A “crise” ganhou extensão midiática a partir da denúncia feita pelos psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas no *Jornal do Brasil*. A partir da materialidade publicada em jornais, buscou-se compreender discursivamente a relação entre acontecimento histórico e seus deslocamentos como acontecimento discursivo midiático, na medida em que a repercussão do caso, pela imprensa, estabelece uma rede de memórias. Os resultados apontaram para sentidos que realçam o discurso crítico ao autoritarismo da instituição, como uma metáfora da política nacional da época.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa; discurso; memória; acontecimento; psicanálise.

INTRODUÇÃO

Diante de um cenário em que a mídia tem o importante papel de fazer circular discursos, emerge a necessidade de avaliar como a imprensa (se) estabelece (em) relações de poder, sobretudo, por meio da autorização ou a desautorização de saberes. Neste trabalho, daremos foco à figura do psicanalista, convocado pela mídia a “diagnosticar” a sociedade, em matérias sobre a “crise” institucional psicanalítica do Rio de Janeiro, e sobre o “caso Amilcar Lobo”, publicadas no “Jornal do Brasil” (JB) e “O Globo”, nos anos de 1980 e 1981.

Desenvolvemos, portanto, uma reflexão sobre quais os temas levantados pela mídia que eram discutidos pelos psicanalistas “famosos” da época, tidos como

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM-UFJF), da linha de Comunicação e Poder. Integrante do grupo Sensus – Comunicação e Discursos. Email: bcampos.iara@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Doutor em Linguística (Unicamp, 2007), professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM-UFJF), coordenador do grupo Sensus – Comunicação e Discursos. Email: maria.santo@gmail.com



vozes que legitimavam uma “verdade” sobre questões, não só de psicanálise, mas também de sociedade, economia e, principalmente, política.

Neste cenário, o papel da comunicação fica evidente quando consideramos que ela “é parte importante dessa luta [por hegemonia] e a natureza e a qualidade de suas práticas podem contribuir para a transformação das estruturas e relações de poder ou para a sua manutenção” (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, p. 21). Dessa forma, o fato de os jornais materializarem determinadas vozes, e não outras, faz com que elas se insiram como participantes no jogo de disputas de saberes.

A realização de uma pesquisa que esteja na interface da comunicação e da história (e não da psicanálise, pois nos propomos a apenas tangenciar o campo psicanalítico, por meio da utilização de dois personagens importantes do período) nos permite expandir os conhecimentos de uma época politicamente conturbada do país.

A “CRISE” DA PSICANÁLISE E O “CASO AMILCAR LOBO” NA MÍDIA

A “crise” institucional da psicanálise foi consequência de uma série de insatisfações de alguns psicanalistas associados à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) em relação a condutas internas da entidade e teve início com a cobertura, pelo “Jornal do Brasil” (JB), de um seminário sobre “Psicanálise e Política” (CERQUEIRA FILHO, 1982).

A reportagem que tornou pública a “crise” interna das instituições psicanalíticas intitulou-se “Os Barões da Psicanálise” e foi publicada no JB, em 23 de setembro de 1980. Na matéria, os psicanalistas Eduardo Mascarenhas, Wilson Chebabi e Hélio Pellegrino denunciavam, por meio de entrevista, aspectos internos das instituições psicanalíticas, como: a “gerontocracia” nas Sociedades, o “falso apoliticismo”, o elitismo, o alto custo da análise e o pouco conhecimento, entre os psicanalistas, das obras de Freud.

A denúncia teve ampla repercussão tanto internamente nas instituições psicanalíticas cariocas filiadas à *International Psychoanalytical Association* (IPA) – SPRJ, da qual Pellegrino e Mascarenhas eram membros associados, e também Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) – quanto na imprensa.

O desenrolar da “crise” tornou-se, frequentemente, pauta na mídia, ao longo dos primeiros anos da década de 1980. Houve, por exemplo, cobertura a protestos de psicanalistas contra a expulsão dos membros da SPRJ envolvidos na denúncia.



O que ficou conhecido como o “caso Amilcar Lobo” reforçou a “crise” e, por sua vez, trata-se da denúncia contra um candidato em formação pela SPRJ, acusado de participar de torturas contra presos políticos. O psiquiatra Amilcar Lobo era também médico do exército, onde “tinha por função cuidar para que prisioneiros submetidos à tortura sobrevivessem” (FIGUEIREDO, 2012, p.95).

O caso – que já era conhecido desde 1973, quando a psicanalista Helena Besserman Vianna realizou uma denúncia contra Lobo por meio da revista argentina *Questionamos 2* (COIMBRA, 1995, p.94) – é retomado, pela imprensa, em fevereiro de 1981 (*O Globo*, 07/02/1981, p.12; *JB*, 06/02/1981, p.9), quando a presa política Inês Etienne Romeu, a única sobrevivente da “Casa da Morte”, aparelho clandestino de repressão ligado ao Centro de Informações do Exército, em Petrópolis, viera a denunciar a presença de Lobo como médico – que atendia pelo codinome de Dr. Carneiro – no local (COIMBRA, 1995, p.100).

As denúncias contra Amilcar Lobo, juntamente com as críticas de Pellegrino, Mascarenhas e Chebabi publicadas pelo *JB*, acabaram, portanto, por

inaugurar uma crise sem precedentes nas duas sociedades cariocas vinculadas à IPA e deram margem a um grande número de reportagens, em que os periódicos de maior prestígio no país expuseram a uma opinião pública estarecida, o obscurantismo e as relações espúrias que permeavam parte das instituições psicanalíticas do país (PONTE, 1999, p.153).

O público, portanto, passou, por meio da imprensa, a acompanhar e, indiretamente, a participar do embate interno das instituições psicanalíticas.

Neste momento, as matérias sobre a “crise” mostravam, a todo o momento, que as instituições psicanalíticas não faziam mais do que reproduzir um cenário político externo, baseado na repressão (simbolizada, por exemplo, na punição de Pellegrino e Mascarenhas), na tomada arbitrária de decisões (que se tornaria aparente com a expulsão dos psicanalistas e na elaboração de uma falsa retratação que eles teriam assinado) e na censura e no silenciamento (representado, por exemplo, na proibição da realização das reuniões do Fórum de Debates na sede da SPRJ).

Esta espécie de “reprodução” de um cenário macroinstitucional teria dado à “crise” o status de tema de interesse nacional, com extensa publicação na imprensa.

Acontece que, pelo dedo se conhece o gigante, ou melhor: as mini ou microinstituições reproduzem, em escala liliputiana, as vicissitudes estruturais e as mazelas das macroinstituições. Nesse sentido, por exemplo, o gigantismo do Estado, com seus aparelhos ideológico, repressivo e burocrático, pode vir a refletir-se num pequeno dedal de



água. Eis o motivo pelo qual mínimas crises, no seio de instituições minúsculas, podem despertar grandes paixões e intensos – e extensos – interesses. [...] Esta é, a meu ver, uma das razões pelas quais a crise da SPRJ chegou a provocar, na classe média brasileira, um frêmito de entusiasmo via de regra reservado a outras áreas de atividade e a outros personagens (PELLEGRINO, 1982, p.31).

Dessa forma, a mídia, enquanto exercia um papel de divulgador de debates internos à psicanálise e, de certa forma, de reproduzidor de questões da política nacional em um cenário institucional, cumpria também uma função de autorização da voz do psicanalista, em meio a outros especialistas. O papel da mídia no início da década de 1980, para a psicanálise, portanto, iria além da simples combinação de “denúncia, informação e eventualmente alguma transmissão de conhecimento” (COELHO JÚNIOR, 1999, p.1).

QUESTÕES DE MÉTODO

Neste trabalho realizamos a análise discursiva do material coletado nos jornais “O Globo” e JB. Adotamos, portanto, o conceito de Formações Discursivas (FDs) que estabelecem relações de força e de sentido e são consideradas pela Análise de Discurso (AD) como materialidades da ideologia⁴ e são, por sua vez, materializadas nas textualidades dos jornais analisados.

Com base também nos conceitos da AD podemos dizer que, ao relatar questões sobre a “crise” e o “caso Amílcar Lobo”, a imprensa evoca – e se inscreve em – uma memória discursiva.

Uma breve conceituação é necessária. A noção de “memória discursiva” pode ser entendida como aquela “estruturada pelo esquecimento”, diferentemente da memória de arquivo, institucionalizada, que “apaga o esquecimento, organizando o discurso documental” (ORLANDI, 2004, p.125). A memória discursiva relaciona-se ao interdiscurso⁵, que disponibiliza uma série de já-ditos que compõem uma rede de memória sobre determinado acontecimento – no caso aqui analisado, a “crise” da SPRJ nos jornais cariocas, no início da década de 1980.

Assim, conforme discute Gregolin (2005),

⁴ O conceito de ideologia para a Análise de Discurso é percebido, não como o convencional para as ciências sociais e humanas – com sentido de “ocultação”, de “verdadeiros sentidos do discurso, que estariam escondidos” –, mas como um processo de produção “de uma interpretação particular” (ORLANDI, 2007, p.96), produzindo efeitos de “evidência” que se sustentam sobre sentidos já institucionalizados e admitidos por todos como “natural” (ORLANDI, 2007, p.96).

⁵ Interdiscurso é definido como o todo, o “conjunto do dizível”, histórica e simbolicamente definido (ORLANDI, 2007, p.87).



não se deve perder de vista o fato de que o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece correlações, deslocamentos, vizinhanças. Por isso, o objeto da AD deve ser essa interdiscursividade, as redes de memórias que produzem os sentidos em um momento histórico (GREGOLIN, 2005, p.16).

Reafirmando esta concepção do discurso, que é, conforme avalia Orlandi (2012, p.57), contrária a uma concepção estrutural (foucaultiana) da discursividade, a *Análise de Discurso* de Pêcheux-Orlandi considera que,

o discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas, só por sua existência, ele marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos. É um efeito das filiações sócio-históricas de identificação e, ao mesmo tempo, um trabalho de deslocamento no seu espaço (ORLANDI, 2012, p.57).

Orlandi (2012) utiliza o documentário como objeto de análise para trabalhar a relação entre discurso, mídia e memória. A autora estabelece, então, que ele, embora rememore, é um “acontecimento em si mesmo”. Ou seja, se inscreve em redes de memória, mas ao mesmo tempo, desestrutura-reestrutura estas redes e trajetos.

A partir disso, podemos analisar notícias e reportagens concebendo-as como acontecimento em si, pois estas, assim como o documentário, recortam a memória do discurso em algum ponto, produzindo um acontecimento. Assim, as textualidades jornalísticas não “representam”, mas produzem um efeito”, inserindo a memória em uma atualidade. As matérias produziriam, portanto, um recorte do real que é tomado, no discurso, como acontecimento.

Dessa forma, ao tomar uma materialidade textual, por exemplo, do “Jornal do Brasil” ou de “O Globo” como acontecimento, alteramos a relação com o esquecimento, produzindo, assim, um “efeito de memória” (ORLANDI, 2012, p.57).

Os textos jornalísticos, ao noticiar um acontecimento, buscam a memória dos sujeitos (neste caso, de psicanalistas) que, ao significar, no entanto, produzem, eles próprios, novos deslocamentos – efeito metafórico. Assim, a imprensa construiria o acontecimento de que fala. “E o que fala é um efeito de presentificação (atualidade) produzido [...] pelo jogo do interdiscurso (memória discursiva) e a memória institucional (a de arquivo) postas em contradição. E, por este mesmo gesto, produz um passado” (ORLANDI, 2012, p.59).

Há, portanto, uma cadeia de significantes midiáticos que reinscreve os “fatos” numa nova memória discursiva, na medida em que materializa, em notícias e



reportagens, discursos, neste caso, sobre a “crise” institucional da psicanálise. Isso ocorre porque põe em jogo uma rede de memória constituída por uma infinidade de já-ditos possíveis, que podem ser tomados, tanto pelos jornais como pelo leitor, como referência anterior ao “acontecimento”.

Ao mesmo tempo, no entanto, as materializações discursivas nos jornais estabelecem uma nova memória discursiva, não só ao acrescentar mais um sentido possível à “crise” a cada enunciado publicado, mas também ao restabelecer relações com sentidos anteriores, que, em sequência, podem ganhar novos sentidos.

Com base nesse raciocínio, podemos compreender o acontecimento discursivo – e midiático – da “crise” institucional da psicanálise. A “crise”, nas textualidades jornalísticas, é metafórica (no sentido de que “desloca sentidos”) em torno dos enunciados que relacionam a SPRJ e a política nacional do regime militar.

Além disso, outra apresentação conceitual é necessária. Trata-se da distinção entre “enunciado” e “segmento de texto”. Das matérias analisadas recortamos diversos segmentos – dentre eles, frases ou períodos – que comportam enunciados de um discurso. Ou seja, enquanto “enunciado” refere-se ao discurso, “segmento de texto” refere-se à materialidade do discurso. Para diferenciação, destacamos em negrito os enunciados que serão analisados.

Outro cuidado analítico deve ser destacado. Apontamos a todo o momento para gestos de leitura possíveis, evitando uma leitura formal com base em uma lógica de implicação direta, do tipo “p então q”. Dessa forma, evidenciamos que as Formações Discursivas, bem como os sentidos encontrados, são apenas algumas das possibilidades de leitura.

Ainda com uma abordagem discursiva, mas do ponto de vista foucaultiano, os psicanalistas podem ser compreendidos como vozes autorizadas na mídia, a partir da relação “saber-poder”. Para Foucault (1996), o discurso de saber está ligado à vontade de verdade, que se exerce por meio do “modo como o saber é aplicado à sociedade, como ele é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1996, p.17). Além disso, a vontade de verdade exerce um “poder de coerção” sobre outros discursos, que recorrem a ela para conseguir legitimação (FOUCAULT, 1996, p.18). Em nosso caso, os discursos de/sobre os saberes psi⁶ são marcados por vontades

⁶ A expressão “saberes psi” refere-se ao extenso conhecimento produzido por diversas linhas de pensamento sobre o fenômeno do mental, como a psiquiatria, a psicologia e a psicanálise (SILVEIRA & SIMANKE, 2010, p. 573).



de verdade (que se diferem de discursos verdadeiros) e, à medida que se tornam discursos legitimados e autorizados pela mídia, estabelecem relações de poder.

DISCURSOS DA/SOBRE PSICANÁLISE EM JORNAIS

Para esta pesquisa, realizamos a análise discursiva de 15 matérias – oito do JB e sete de “O Globo” – publicadas nos anos de 1980 e 1981 que continham os nomes dos psicanalistas “Hélio Pellegrino” e “Eduardo Mascarenhas”.

Muitos foram os discursos sobre/da psicanálise identificados nas matérias sobre a crise institucional das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro, filiadas à IPA. Neste trabalho apontaremos apenas aqueles que se destacaram pela repetição, ou seja, que puderam ser percebidos em mais de um enunciado.

Um dos sentidos mais realçados nas matérias selecionadas para esta análise aponta para as metáforas políticas, ou seja, os deslizamentos de sentido (ORLANDI, 2007) que correspondem à temática “política”, conforme podemos ver nos segmentos de texto a seguir: “De projeto revolucionário, a psicanálise converteu-se numa técnica adaptativa. ‘Ela pega um bom neurótico e o transforma num alienado, isto é, piora o neurótico. **Tudo por falta de visão política**’”; “**Claro que há razões políticas para a evitação da política.** Trata-se de evitar o questionamento, para domesticar a consciência crítica, herança maior da obra de Freud” (JB, 23/09/1980, p.4).

Nos dois segmentos anteriores são feitas críticas à psicanálise e, conseqüentemente, ao psicanalista, por sua “alienação” em relação a questões políticas. No entanto, os sentidos são diferentes. O primeiro enunciado, parte destacada em negrito, indica para a leitura de que a psicanálise como saber seria, segundo a fala do entrevistado, prejudicado pela “falta de visão” de outro saber: o político. É possível, portanto, a interpretação de que a psicanálise é tomada no lugar de um saber que não dá conta do todo e, por isso, pode acabar por piorar a condição do analisando. Já o último enunciado destacado sugere uma falta de debate sobre questões da política, sejam elas internas ou externas às instituições psicanalíticas.

Em outros sintagmas das matérias selecionadas, o termo “política” aparece relacionado especificamente a questões do modo de pensar do psicanalista, como se este tivesse uma política própria de sua profissão, o que podemos compreender a partir do exemplo: “Essa é a **política do psicanalista.** Ele, assim, contesta uma ordem que lhe dá privilégios. Esse apoliticismo é um artefato ideológico de má fé, essa omissão só serve aos interesses do *status quo*” (JB, 23/09/1980, p.4).



Este enunciado, assim como o já citado “Claro que há razões políticas para a evitação da política”, aponta para uma crítica à falta de envolvimento da psicanálise (e do psicanalista) com a política e traz a expressão “artefato ideológico”. Chama-nos a atenção, neste momento, o uso dessa variação do termo “ideologia”, que é comum nas textualidades analisadas, principalmente nas falas dos psicanalistas entrevistados. O uso deste termo, em uma das várias leituras possíveis, pode remeter a uma matriz de sentido esquerdista, que atravessa o discurso sobre a psicanálise. A partir dessa interpretação, podemos observar os seguintes segmentos: “O resultado é que **a psicanálise se converte numa ideologia** para satisfazer impulsos destrutivos, isso é o que a gente vê mais por aí” (JB, 23/09/1980, p.4); “Que os responsáveis pela SPRJ **assumam a sua ideologia**. Agir segundo ela é legítimo, **toda instituição tem ideologia**. A instituição não deve envergonhar-se de agir segundo sua definição própria e não pedir aos discordantes que o façam em seu nome” (JB, 16/10/1980, caderno B, p.1).

Uma leitura possível é a de que o termo “ideologia” tenha sido utilizado no primeiro trecho destacado com o sentido de “conjunto de ideias”, enquanto no segundo, tenha apontado fortemente para valores e princípios. Há, no entanto, uma memória discursiva que possibilita a interpretação de que, por conta do momento político em que o país se encontrava – últimos anos do regime militar, período de abertura – havia uma dicotomia entre os posicionamentos políticos de esquerda, revolucionários, e de direita, reacionários. Neste cenário, o conceito de ideologia utilizado nos jornais pode nos remeter à visão de esquerda, a partir da qual podemos compreender o conceito de ideologia enquanto “consciência falsa, equivocada, da realidade”⁷.

Esta possibilidade de entendimento de uma visão política esquerdista é sugerida também por enunciados que criticam abertamente a atitude da direita e inserem a psicanálise numa posição que seria necessariamente revolucionária, como pode ser visto nos exemplos a seguir: “Para mim, **o psicanalista de direita deve voltar a fazer análise. Enquanto ficamos ouvindo a verdade do desejo, a direita ataca com bombas**” (JB, 23/09/1980, p.4);

Além disso, os jornais teriam tornado pública a opinião de psicanalistas de esquerda também na medida em que inseriram trechos da fala dos entrevistados criticando as instituições que, segundo eles, negavam a participação e a formação de analistas comunistas, marxistas ou apenas que se colocavam contra o autoritarismo do

⁷ Sobre o conceito de ideologia, ver MARX & ENGELS, 2001, p.22.



regime militar. O exemplo a seguir reclama a diferença no tratamento, dentro das instituições psicanalíticas, de analistas, de acordo com o partido ao qual se filia ou apoia:

Pellegrino afirma que a psicanálise se diluiu em instituições pachecais, com seus modos graves e ridículos, ao **recusar entre outros, o analista que tiver posição política de esquerda**. “Nós sabemos que isso acontece. Se o cara é do PDS, pode. O PTB da Ivete também pode. O do Brizola, nem tanto” (JB, 23/09/1980, p.4).

Outros sentidos que abordam “Psicanálise e Política” podem ser identificados ao longo dos jornais analisados, sendo que alguns deles são críticas à instituição psicanalítica e outros à política do país. Destacamos, portanto, duas matrizes de sentido identificadas nas textualidades analisadas, resultando em duas Formações Discursivas (FDs), as quais categorizamos da seguinte forma: FD1) crítica ao capitalismo (matriz de sentido anti-capitalismo); FD2) valorização da democracia como forma de governo (matriz de sentido pró-democracia) e pró-abertura política.

a) FD1: Anti-capitalismo

A matriz de sentido anti-capitalista foi a predominante na primeira reportagem sobre a crise das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro, na qual a opinião dos psicanalistas que realizaram a denúncia contra as entidades de psicanálise filiadas à IPA foi exposta pelo “Jornal do Brasil”. Há enunciados que abordam diretamente a problemática relação da psicanálise com o capitalismo. É o caso, por exemplo, dos segmentos a seguir:

Mas a prática clínica, como toda prática social, é política. E a **psicanálise se insere no modelo capitalista** por um dado que nada tem de psicanalítico: o preço. “Operário só entra no meu consultório como bombeiro ou pintor de paredes, jamais como cliente. Só entra quem paga o meu preço, e o preço é a nossa linha de partilha severa, o leão-de-chácara na porta do consultório, que tem a arrogância de barrar a maioria do povo brasileiro. **O preço é uma determinação do mercado, o ponto em que a psicanálise se articula com a política**”, diz Pellegrino (JB, 23/09/1980, p.4).

Críticas à **psicanálise como atividade que abriga profissionais ávidos de lucros**, ou como projeto elitista não chegam a ser novidade. O dado novo é que os três analistas se incluíram entre os beneficiários do “**capitalismo selvagem brasileiro**”, numa severa autocrítica. Tentando aplacar seu “sentimento de culpa” admitiram a validade de trabalhar de graça em sociedades alternativas ao *establishment* analítico, como a Clínica Social de Psicanálise, embora sem abandonar seus **altos lucros** nos consultórios privados (JB, 23/09/1980, p.4).



Os dois segmentos apresentados acima apontam para a recriminação de uma diferença socioeconômica. O primeiro, ao tocar na questão do preço das consultas e ao afirmar que o operário (mais uma vez, a memória discursiva nos sugere, como uma possibilidade de interpretação, um atravessamento do discurso marxista) não pode ocupar o lugar de analisando. O segundo aborda o problema do elitismo da atividade da clínica psicanalítica, que também seria consequência da diferença de classes, que favorece alguns e prejudica outros.

Embora ambos os segmentos acima denunciem que os psicanalistas alimentam o sistema capitalista ao cobrar preços elevados pelas consultas, o segundo insere, na voz do próprio jornal (não corresponde à fala de um entrevistado), o esclarecimento de que há exceções a este pensamento. Estas exceções seriam os psicanalistas entrevistados na reportagem: Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Wilson Chebabi. Neste momento, os três são tomados como figuras exemplares, “olimpianos modernos”⁸ (MORIN, 2002, p.105).

Outra questão se destaca na relação entre psicanálise e anti-capitalismo, em discursos na imprensa. Há a tentativa de realizar um “diagnóstico” da sociedade, ou seja, de entender ou explicar o mal estar, principalmente social, por meio de termos psicanalíticos, algo que é comum nas matérias que compõem nosso *corpus*.

Para ele, há uma equivalência entre os conceitos freudianos e os da sociologia materialista. Assim, **compulsão à repetição corresponderia à produção industrial, repetição numérica, e padronização social: recalque equivaleria à plutocracia, tirania dos meios de produção, onde o dinheiro não tem valor de troca, mas é valor em si mesmo, como no sistema bancário [...]** (JB, 23/09/1980, p.4).

O segmento textual acima citado nos serve de exemplo, pois nele o psicanalista entrevistado busca atingir uma compreensão do modo de produção capitalista a partir da psicanálise (utilizando-se, inclusive de termos próprios deste saber, como “recalque” ou “compulsão à repetição”), indicando que a sociedade, como um todo, poderia ocupar a posição de analisanda. Ao mesmo tempo, utiliza de expressões como “produção industrial”, “plutocracia”, “tirania dos meios de produção”, todos eles referentes ao “capitalismo selvagem”, como já abordado no segmento apresentado. Assim, a forma de lidar com o mal estar individual seria aplicada, de forma

⁸ Trata-se da utilização da imagem de determinadas figuras tomadas como célebres (não só astros de cinema, mas também campeões, exploradores, intelectuais príncipes, chefes de Estado e seus familiares), que se caracterizam por ter uma vida bastante pública, com suas intimidades expostas pela imprensa. Os olímpicos adquirem, portanto, uma dupla natureza: uma humana, real, e outra sobre-humana, fundada no imaginário (MORIN, 2002, p.107).



equivalente, ao social. O contrário também foi identificado nas matérias, como podemos observar a seguir: “Socialismo não no sentido econômico, mas psicológico. Meu trabalho é uma condenação explícita do **capitalismo**, que **é uma distorção psicológica**. **O capitalismo é um sistema narcisista**. E hoje assistimos a uma prevalência do social sobre o individual” (JB, 15/10/1980, caderno B, p.1).

Uma compreensão possível deste enunciado é aquela que aponta para o modo de compreensão do social a partir do individual, na tentativa de avaliar como o sistema de produção capitalista pode interferir nas condições psicológicas dos sujeitos, o que é marcado pelo apontamento de que o capitalismo implicaria numa injunção psicológica a um modelo narcisista.

b) FD2: Pró-democracia

Esta segunda FD apresenta-se de duas formas: uma centrada no significante “democracia” (I) e outra, no significante “abertura política” (II), conforme detalharemos a seguir.

(I) A referência à “democracia” foi bastante recorrente nas textualidades analisadas. Na maioria dos casos, psicanalistas (principalmente Pellegrino e Mascarenhas) destacam a importância de se ter uma instituição psicanalítica nos moldes democráticos. Eles criticam, no geral, o alto poder de decisão da diretoria da SPRJ em relação aos demais membros da Sociedade, o que, segundo os psicanalistas envolvidos na denúncia, teria levado à expulsão deles da instituição.

Os segmentos a seguir, extraídos de “O Globo”, são exemplos que apontam, dentre as possíveis leituras, para o desejo de alguns psicanalistas de que a democracia fosse implementada dentro das instituições: “No entender de Pellegrino – que é sócio da SPRJ há 25 anos –, a proposta é que ‘os **ventos democráticos penetrem pelas janelas das instituições psicanalíticas**’” (O Globo, 17/10/1980, p. 10).

Propuseram, então, **para democratizar a entidade**, três medidas: convocação pela diretoria de uma assembleia geral, com poderes para reformular os estatutos da sociedade; extensão do direito de votar e ser votado aos membros associados (atualmente, apenas 23 associados são eleitores nas assembleias); extensão do mesmo direito aos 70 membros candidatos ao ingresso na sociedade (O Globo, 22/10/1980, p.14).

A expressão “ventos democráticos” que, segundo Pellegrino, podem penetrar pelas janelas das Sociedades, sugere uma descrença do psicanalista com relação à própria entidade. Isso pode ser compreendido a partir da ideia de que os



“ventos que penetram pela janela” vêm de fora da instituição, são externos a ela, ou seja, uma possível leitura é que o psicanalista não acredita que a democracia possa surgir de dentro da instituição, por exemplo, partindo da diretoria. Diferentemente desse pensamento, o segundo segmento de texto apresenta uma vontade interna de democracia, que levaria os membros da SPRJ a lutar pelo direito e pela igualdade de voto.

Além das formas de abordagem da “democracia” em relação às Sociedades Psicanalíticas, nas matérias analisadas, há outra, marcada pela utilização de termos próprios do saber psicanalítico, como pode ser observado a seguir:

Totem e Tabu é o mito central da psicanálise, o que descreve o parricídio primitivo. O Pai autocrata que possuía todas as mulheres é morto pela horda e seus privilégios cedem lugar à lei. A interdição do incesto se manteve, quando os irmãos assumem o poder. **É uma lei que transcende a todos, é o germe da democracia, uma revolução que significa o começo da cultura** (JB, 23/09/1980, p.4).

Neste exemplo, o texto traz uma explicação ao leitor, na fala de um dos psicanalistas entrevistados (Pellegrino), sobre o “mito central da psicanálise”. Dessa forma, é possível interpretar que o jornal se coloca na posição de porta-voz do saber psicanalítico, que seria capaz de explicar complexas questões que perpassam a sociedade e a política (esta última, evidenciada pelos termos, mais uma vez, advindos aparentemente de uma posição ideológica à esquerda, como o “germe da democracia” e a “revolução”).

(II) Quanto ao significante “abertura”, é importante explicitar que durante o período analisado, o Brasil passava por um momento de “abertura política” que havia começado na segunda metade da década de 1970 (CIAMBARELLA, 2009, p.2). Da mesma forma como a matriz de sentido pró-democracia se estendeu, nas matérias analisadas, à política interna das Sociedades Psicanalíticas, a formação discursiva que denominamos “pró-abertura” é deslocada para questões internas da psicanálise e das entidades psicanalíticas.

Os segmentos de texto a seguir, são exemplos de sintagmas que fazem referência à abertura: “Hélio Pellegrino, tenso, mas satisfeito, acredita que o **momento é de abertura também na psicanálise**” (JB, 23/10/1980, caderno B, p. 6); “O que queremos desde que criamos o Fórum de Debates (reuniões que vêm sendo feitas há três meses, às quartas-feiras) é a **abertura científica e o estabelecimento do jogo democrático dentro da Sociedade**” (O Globo, 20/08/1981, p.20).



No enunciado acima, é possível interpretar que o uso do termo “também” faz a ligação entre a política interna da instituição e a política nacional, ou seja, apesar de o psicanalista expor, na matéria, suas opiniões e conhecimento acerca da situação da Sociedade – algo que é evidente que é de seu domínio –, coloca-se que ele está a par do que acontece na política em âmbito nacional. Dessa forma, a figura do psicanalista como “conhecedor geral” que se legitima a falar sobre determinados temas através da psicanálise seria estabelecida.

Há, no entanto, um deslizamento do sentido de “abertura” e de seu oposto, o “fechamento” nas reportagens analisadas. Expressões como “aberta”, “fechado”, “fechado a cadeado”, “trancado” foram usados inúmeras vezes, para fazer referência a diversos termos que não são do campo da política, como “sede”, “portas”, “portão”, “congressos”, “trabalhos”, conforme pode ser observado a seguir:

A crise interna da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro – tornada pública em outubro do ano passado, com a expulsão de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas – foi reaberta ontem com a decisão do presidente Victor Manuel de Andrade de **fechar** a sede da entidade, em Botafogo, e impedir, com isso, a reunião semanal do “Fórum de Debates”, um grupo de cerca de 40 associados que se opõe à atual diretoria e que defende a **abertura** da instituição a todas as correntes psicanalíticas (O Globo, 20/08/1981, p.20).

“Os participantes votaram pela suspensão da assembleia e o reinício da discussão [...] para a próxima quarta-feira, ‘esteja aberta ou não a sede’” (O Globo, 20/08/1981, p.20); “[...] ‘Temos de aceitar o fato. Estamos em guerra. **O fechamento das portas, com tudo de simbólico que representa, é uma forma de agressão**’” (JB, 21/08/1981, caderno B, p.1).

Apesar disso, há uma repetição do sentido que caracteriza a SPRJ como fechada, algo que sugere uma relação, mesmo que implícita, com o “fechamento” oposto a uma “abertura política”, como pode ser lido no enunciado em destaque acima, a partir da expressão “com tudo de simbólico que representa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de matérias do “Jornal do Brasil” e de “O Globo” sobre a “crise” institucional da psicanálise, foi possível verificar que imprensa se apropria – no início da década de 1980 – de psicanalistas, compreendendo-os como vozes autorizadas a emitir pareceres sobre a sociedade e, principalmente, sobre a política nacional.



Este entendimento evidencia o lugar da mídia na divulgação de um conflito interno das instituições psicanalíticas cariocas filiadas à IPA, pois, ao relatar, a imprensa desloca os sentidos da “crise”, construindo um acontecimento discursivo midiático que se insere na possibilidade de já-ditos (interdiscurso) e, ao mesmo tempo, acrescenta sentidos à rede de memórias. Dessa forma, acaba por alterar toda uma complexa relação em que estão envolvidos imprensa, público, psicanalistas e as Sociedades das quais fazem parte, sendo que estes últimos travam relações também tanto com os jornais como com os pacientes. É importante observar que, neste cenário, os psicanalistas se inserem, por isso, numa relação de disputa de poder ao terem seu saber legitimado e tomado como “verdade” e, portanto, serem eleitos como voz autorizada a depor na mídia.

Ao lançarmos o olhar sobre os psicanalistas, chamam-nos a atenção como receberam destaque, em matérias sobre a “crise” e, dentre elas, também sobre o “caso Amilcar Lobo”, a voz de psicanalistas críticos à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, representados nas figuras de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas. Estes dois nomes apareceram, muitas vezes, como referência simbólica da crítica ao autoritarismo – o que é reafirmado pela Formação Discursiva pró-democracia, que se desdobrou no sentido de pró-abertura política, devido ao momento histórico que o país enfrentava.

Os psicanalistas de uma forma geral adquiriram, na mídia, um status de avaliadores da política nacional, embora de forma indireta, pois faziam referências à situação interna da instituição psicanalítica, produzindo interpretações que se adequavam à situação política nacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda; **Comunicação e Saúde**. 1a.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Crise da psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CIAMBARELLA, Alessandra. Anistia ampla, geral e irrestrita: as relações Estado e sociedade na campanha pela anistia no Brasil (1977-1979). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0050.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

COELHO JÚNIOR, Nelson Ernesto. A imagem da imagem: questões sobre as relações entre Psicanálise e Mídia. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, 27., 1999,



Caracas. Disponível em: <<http://www.oocities.org/hotsprings/villa/3170/Nelson.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiães da ordem**: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do “milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.

FIGUEIREDO, Ana Cristina. A psicanálise dos psicólogos no Rio de Janeiro dos anos 1970. **Culturas psi**: Revista do Instituto de Desarrollo Económico y Social, Buenos Aires: Ed. IDES, v.0, p.85-99, 2012. Disponível em: <<http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/culturaspsi/article/download/3890/pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido**: mídia e produção de identidades. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Maria%20do%20Rosario%20Gregolin.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Coleção Clássicos – Filosofia e Ciências Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: O espírito do tempo. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio**: No movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Discurso em análise**: Sujeito, sentido e ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

PELLEGRINO, Hélio. Análise da Instituição Psicanalítica: um caso clínico. In: **Crise da psicanálise**, Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.31-51.

PONTE, Carlos Fidélis da. **Médicos, psicanalistas e loucos**: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil. 1999. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em <<http://portaldeseres.icict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/1999/pontecfm/capa.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2014.

SILVEIRA, Fernando de Almeida; SIMANKE, Richard Theisen. **Discursos selvagens-disciplinados**: os saberes psis na arqueologia de Foucault. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Revista do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, v.26, n. 3, p. 571-578, jul-set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n3/a21v26n3.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2014.